
CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO ÊXODO RURAL NO NORDESTE BRASILEIRO

FONSECA, Wéverton Lima¹
FONSECA, Wéverton José Lima²
OLIVEIRA, Augusto Matias de³
VOGADO, Gleissa Mayone Silva⁴
SOUSA, Gíto Ghiarone Terto e⁵
SOUSA, Tiago de Oliveira⁶
SOUSA JÚNIOR, Severino Cavalcante de⁷
LUZ, Carlos Syllas Monteiro⁸

Recebido em: 2014.12.31

Aprovado em: 2015.05.08

ISSUE DOI: 10.3738/1982.2278.1422

RESUMO: O presente artigo apresenta resultados de estudos que tem por objetivo fornecer informações sobre o êxodo rural na região Nordeste, visando incentivar as organizações governamentais a promover movimentos sociais no campo que priorize o pequeno agricultor a desenvolver suas atividades agrícolas. Entre as causas desse processo, a falta de emprego e o poder atrativo que as cidades exercem sobre a população rural, são as mais frequentes. Diante disso, as informações apresentadas neste trabalho serão de fundamental relevância para a criação de políticas públicas visando o aperfeiçoamento do pequeno agricultor com técnicas agrícolas.

Palavras-chave: Migrações. Subsídio. Geração de emprego e renda.

CAUSES AND RURAL EXODUS AFTERMATH IN NORTHEASTERN BRAZIL

SUMMARY: This article presents results of studies which aims to provide information on the rural exodus in the Northeast, aiming to encourage government organizations to promote social movements in the field that prioritizes small farmers to develop their agricultural activities. Among the causes of this process, the lack of jobs and the attractive power that cities have on the rural population, are the most frequent. Therefore, the information presented in this paper will be of key importance for the creation of public policies for the improvement of small farmers with agricultural techniques.

Keywords: Migration. Allowance. Generating employment and income.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o estudo acerca do êxodo rural em particular a região Nordeste está se tornando cada vez mais frequente. Isso se deve ao seu caráter interdisciplinar e à sua importância, que se torna cada vez maior, para os órgãos públicos na tomada de decisões que visam às melhorias para a população.

O desencadeamento do êxodo rural é uma modalidade de migração em consequência, entre outros fatores, da implantação de um modelo econômico moderno na produção agropecuária, onde afetou profundamente a vida dos agricultores familiares (VANDERLINDE, 2005). A modernização da

¹Mestrando em Agronomia/Fitotecnia – (CPCE/UFPI), Bom Jesus, Piauí, Brasil.

²Mestrando em Ciência Animal – (CCA/UFPI), Teresina, Piauí, Brasil.

³Graduando em Biologia – (CPCE/UFPI), Bom Jesus, Piauí, Brasil.

⁴Graduanda em Zootecnia – (CPCE/UFPI), Bom Jesus, Piauí, Brasil.

⁵Mestre em Ciência Animal- (CCA/UFPI), Teresina, Piauí, Brasil.

⁶Mestrando em Agronomia/Fitotecnia – (CPCE/UFPI), Bom Jesus, Piauí, Brasil.

⁷Doutor em Genética e Melhoramento Animal - (UNESP), Jaboticabal, São Paulo, Brasil.

⁸Doutorando em Ciência Animal - (CCA/UFPI), Teresina, Piauí, Brasil.

agricultura incentivou a mecanização do setor rural (AUGUSTO; RIBEIRO, 2005), porém, a adoção do novo modelo padrão tecnológico, baseado em insumos agrícolas e na mecanização, quebrou a lógica da agricultura familiar (VANDERLINDE, 2005), uma vez que os produtores de baixa que não conseguem realizar mecanização em sua produção e têm baixo rendimento de produtividade, está submetido à desvantagem no mercado. De acordo com Wanderley (2009), o êxodo rural atinge um grande número de pequenos agricultores, o que os torna extremamente vulneráveis, no que se refere à sua permanência no meio rural.

A região Nordeste, tem se caracterizado por sucessivos movimentos migratórios intensificados pela ocorrência do êxodo rural (SANTOS et al., 2009). O processo de êxodo rural vem sendo ocasionado principalmente por parte da população da zona rural que saem do campo em busca de melhores condições de vida nas cidades, atraídos pelo lucro financeiro e pelo fator atrativo que as cidades exercem nas populações de baixa renda (CASAGRANDE; SOUZA, 2012).

Porém, esse processo gera vários problemas sociais, com destaque para o desemprego e o subemprego (MATTAR, 2003). Além disso, nas cidades, atividades como vendedores ambulantes, catadores de materiais recicláveis, flanelinhas, entre outros, são a cada dia as mais comuns (PEREIRA; LOPES, 2013). Outro fator negativo a citar é o inchaço das cidades, que na ausência de um planejamento urbano há o superpovoamento de bairros pobres, moradias em locais sem estrutura e o aumento de favelas (FRANCISCO, 2014).

Na tentativa de reduzir esses efeitos se fazem necessárias políticas públicas criadas com o objetivo de mudar esse efeito negativo do êxodo rural, devendo subsidiar os pequenos produtores, para evitar a emigração da população rural para as cidades em busca de uma melhor sobrevivência. Uma das medidas para reverter essa situação é a reforma agrária (LOPES, 2002). Com a ampliação da fome e da miséria, do desemprego, do inchaço dos centros urbanos e das reduzidas taxas de crescimento econômico, os assentamentos rurais representam uma importante iniciativa no sentido de gerar empregos diretos e indiretos a baixo custo e para estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola em bases sociais mais igualitárias (GIRARDI; FERNANDES, 2008). Além disso, as hortas comunitárias e a agricultura urbana vêm sendo desenvolvidas, a fim de se implantar um modelo de planejamento urbano que priorize a sustentabilidade.

Desta forma, objetivou-se com o estudo apresentado nesse artigo fornecer informações sobre o êxodo rural na região Nordeste, visando incentivar as organizações governamentais a promover movimentos sociais no campo que priorize o pequeno agricultor a desenvolver suas atividades agrícolas.

A REGIÃO NORDESTE

O Brasil é um país de proporções continentais onde cada região possui aspectos fisiográficos singulares, com características únicas e com enormes diferenças físicas, sociais, culturais, populacionais e políticas (SANTOS et al., 2009). Porém, na região do Nordeste brasileiro apresenta suas próprias qualidades e diversidades. Ab'saber (2003) descreve a região do Nordeste seco do Brasil, como uma província fitogeográfica das caatingas, onde predominam as temperaturas médias anuais muito elevadas e constantes.

De acordo com Santos et al. (2009) as regiões semiáridas são sempre de origens climáticas, hídricas e fitogeográficas com baixos níveis de umidade, escassez de chuvas, irregularidade e precipitações ao longo do ano, prolongados períodos de carência hídrica, solos problemáticos, salinos, carbonáticos e ausência de rios perenes, que se refere às drenagens autóctones. No entanto a região

Nordeste do Brasil apresenta variações climáticas, caracterizada seca e com menos concentração climática (SANTOS et al., 2009).

A região Nordeste apresenta problemas estruturais quanto à sustentabilidade dos sistemas de produção de alimentos, que aliados aos constantes efeitos do clima, a exemplo das secas, dificultam sua manutenção e desenvolvimento como a degradação do solo, água, diminuição da biodiversidade de espécies e, como consequência ao meio ambiente, início do processo de desertificação (BARBOSA; SANTOS, 1998, PAN-BRASIL, 2005). De acordo com Medeiros Filho e Souza (1988), a pobreza da região é originada pela inadequada estrutura latifundiária, do sistema de crédito agrícola, comercialização, insuficiente, deficiente sistema educacional e da ineficiência das políticas públicas.

Conforme a descrição feita pela MMA (2003), parte da região Nordeste possui uma importante representação vegetal e paisagística, o Bioma Caatinga, que ocupa quase 10% do território nacional, abrange os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, sul e leste do Piauí e norte de Minas Gerais. Região de clima semiárido e solo raso e pedregoso, embora relativamente fértil, o bioma é rico em recursos genéticos resultante da sua grande biodiversidade (SANTOS et al., 2009).

PROCESSO MIGRATÓRIO E O ÊXODO RURAL

De acordo com Evangelista e Carvalho (2001), o processo migratório é um movimento populacional que se dirige de uma região para outra e modifica o tamanho e a composição das populações de distribuição por sexo, idade e força de trabalho, e com isso, a migração é uma das variáveis mais importantes da dinâmica populacional, junto com a natalidade e a mortalidade. A migração é um processo seletivo que afeta indivíduos possuidores de determinadas características econômicas, sociais, educacionais e demográficas (TODARO, 1999).

Conforme Santos et al. (2009) os grandes eventos de migração ocorridos em outras épocas tiveram sua causa nas invasões, conquistas, êxodos, mudanças sazonais, fome, superpopulação de determinadas regiões, entre outras. Migrante é, pois, toda a pessoa que migra e se transfere de seu lugar habitual, do seu domicílio comum para outro lugar, região ou país. Refere-se às migrações em geral, tanto de entrada quanto de saída de um país, região ou lugar. É comum, também, falar em "migrações internas", referindo-se aos migrantes que se movem dentro do país (GONÇALVES, 2004).

No caso das motivações que levam à formação de fluxos migratórios, a conjuntura econômica é insuficiente para compreender o fenômeno em toda a sua plenitude (SANTOS et al., 2009). É o que defende o demógrafo Rezende (2005), autor de uma premiada tese de doutorado, que discute o conceito de migração e propõe uma nova forma de analisá-lo. Nesse contexto, o êxodo rural no Nordeste brasileiro é um fenômeno construído a partir da integração de processos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais, que afeta a qualidade de vida humana, nas áreas de aridez edáfica ou climática (SANTOS et al., 2009).

No Brasil, os movimentos migratórios têm envolvido maior número pessoas de baixa renda, que perdem as condições de trabalho em seus lugares de origem e vivem no limite de sua sobrevivência (SOBRINHO, 1982). Esses, ao longo dos séculos, têm deixado o Nordeste brasileiro em direção às áreas mais dinâmicas da economia brasileira, migram dos seus municípios para as capitais e especialmente para o eixo Rio/São Paulo, bem como, para as áreas de fronteira agrícola, na tentativa de sua sobrevivência (SILVA; GOMES, 2001).

O êxodo rural no nordeste brasileiro é ocasionado devido a vários fatores, que podem ser de

ordem sociais, econômicas, culturais, políticos e ambientais, fatores estes que interferem a qualidade de vida humana. O processo de mudança de pessoas do meio rural para o meio urbano é conhecido como migração rural-urbana, podendo ocorrer à mudança de algumas pessoas, grupos ou até povos, devido a várias motivações, que podem ser de natureza voluntária ou não (SANTOS et al., 2009).

De acordo com Camarano e Abramovay (1999), o processo de esvaziamento da população rural pode ser respondido pelos movimentos migratórios, uma vez que as pessoas deixam o meio rural em busca de uma melhor condição de vida. Um fator que vem sendo observado é a concentração progressiva e acentuada de pessoas nas áreas urbanas, principalmente nas grandes cidades. No ano de 1940, apenas 31% dos brasileiros habitavam em regiões urbanas, já em 1996, este número subiu para 78%.

A grande maioria desta população encontra-se nas áreas metropolitanas. Em 1991, 43 milhões de habitantes eram abrigados nestas regiões, o que correspondia a 24% da população brasileira. Já no período de 1980-91, absorveram 29% do incremento populacional. Conforme os dados do Censo IBGE (2000), 81,23% da população viviam nas cidades e em 2010, esse número subiu para 84,36%. A mudança destas pessoas para os grandes centros urbanos ocorre em vista de mudanças econômicas nacionais e mundiais.

A BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA NA CIDADE

O problema do êxodo rural é consequência da mecanização da agricultura, uma vez que o pequeno agricultor não consegue mecanizar suas terras e acaba em desvantagem no mercado. Diante dessa situação, procuram melhores opções de vida nas grandes cidades, pois muitas vezes são atraídos por uma falsa ilusão que as cidades despertam nas pessoas (CASAGRANDE; SOUZA, 2012).

A falta de investimentos na área agrícola também faz com que o agricultor desanime diante dos inúmeros problemas que tem de enfrentar sem receber subsídios do governo. As pessoas idosas, aposentadas na zona rural, muitas vezes, também migram para as cidades em busca de sossego e acesso fácil a farmácias, bancos e supermercados, em razão de sua idade avançada (HERMES; VALENTE, 2006).

AS CAUSAS NORTEADORAS DO ÊXODO RURAL NA REGIÃO NORDESTE

Com a adaptação e o desenvolvimento de inovações da Revolução Verde no final da década de 1970, originou-se a intensa modernização da agropecuária no Brasil, especialmente no Centro-Sul e, mais recentemente, na região dos cerrados (AUGUSTO; RIBEIRO, 2005). A partir de então, surgiram políticas de modernização onde os beneficiários foram os grandes produtores (VANDERLINDE, 2005). Com a falta de subsídios e incentivos do governo, os pequenos produtores começaram a se deslocar para as grandes cidades para a procura de emprego.

Singer (1976) explica que “a mecanização da agricultura está historicamente ligada à redução da força de trabalho empregada na agricultura. Ela se desenvolveu em primeiro lugar nos Estados Unidos e estava ligada à redução da mão de obra agrícola naquele país”.

Com a falta de incentivos na agricultura, os agricultores migram para a cidade, gerando uma massa de desempregados que se sujeitam, muitas vezes, a trabalhos com baixa remuneração. Segundo Hermes e Valente (2006), as migrações têm várias causas, sendo a principal o descontentamento econômico, o desejo de algo novo, a busca pelo lucro financeiro, um melhor modo de vida, um emprego mais favorável, ou ainda, uma melhor moradia. Esse processo migratório pode ser temporário ou, definitivo, interno ou externo, dependendo do objetivo e da necessidade de cada grupo populacional.

AS CONSEQUÊNCIAS DO ÊXODO RURAL NA REGIÃO NORDESTE

As pessoas que se encontram sem opções de vida no campo pela carência de investimentos no setor agrário acabam sendo obrigadas a migrarem para a cidade para garantirem a sobrevivência de sua família (HERMES; VALENTE, 2006). Este fato faz com que haja um aumento populacional desordenado, além do desemprego e do subemprego nessas cidades, bem como o inchaço das cidades.

De acordo com Hermes e Valente (2006), as migrações geram diversas consequências tanto nas áreas de recepção quanto nas áreas de origem. Nas áreas de recepção, acarretam crescimento das cidades, ou seja, aumentam a taxa de urbanização. Além disso, há o povoamento de novas áreas, o desbravamento de novas terras, ocorrendo, muitas vezes, dificuldades de adaptação ao novo meio. Já nas áreas de origem, ocorre a diminuição da população, a perda dos elementos mais ativos, além do esvaziamento do campo, caracterizado pelo êxodo rural.

Monteiro e Monteiro (2006) em estudo realizado na cidade de Teresina-PI relatou que o inchaço populacional na capital se comprova na medida em que, em 1991, segundo a Prefeitura Municipal de Teresina, havia 56 vilas e favelas cadastradas, ao passo que em 1999, no terceiro Censo de Vilas e Favelas, a cidade contava com 150 vilas e favelas. Considera-se o aspecto renda, em 1993, 69,50% das famílias auferiam até um salário mínimo mensal. Em 1996 essa parcela se reduz para 42,16%, e em 1999 aumenta para 55,97%. Esse valor representa a precariedade das condições de vida da população habitante da periferia de Teresina. Estes dados apontam para a falta de políticas de fomento à indústria local e ao setor primário com vistas à reversão do fluxo rural urbano, bem como para o reflexo da precarização do emprego na cidade. Dessa forma, faz-se mister a ação do Estado no sentido de conter e minimizar a pobreza urbana teresinense, concentrada, de forma expressiva, nas vilas e favelas teresinenses.

ALTERNATIVAS VIÁVEIS PARA REDUZIR O ÊXODO RURAL

O intenso processo de êxodo rural verificado na segunda metade do século XX, responsável pelo alto grau de urbanização alcançado por nossa população, encontra-se hoje em fase de desaceleração, tornando-se cada vez mais significativa a migração entre pequenos municípios rurais e o movimento cidade-campo (MARQUES, 2002). Uma das medidas contribuintes para esse processo de desaceleração do êxodo rural é a implantação de assentamentos rurais (GIRARDI; FERNANDES, 2008). De acordo com Bergamasco e Norder (1996) os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Desta forma, os assentamentos seria uma política pública viável para o desenvolvimento do campo no Brasil.

Outra medida para diminuir o fluxo migratório do agricultor rural para a cidade é a reforma agrária (LOPES, 2002) feita de forma ordenada e consciente, com a desconcentração de terras de proprietários que não a cultivam, repartindo-as entre aqueles que realmente sabem e querem produzir, dando-lhes condições e incentivos para o desenvolvimento de suas lavouras. Monteiro e Monteiro (2006) relataram sobre a importância das Hortas Comunitárias, implantadas pela Prefeitura Municipal de Teresina-PI que teve o objetivo de gerar trabalho e renda e melhorar o padrão alimentar das famílias carentes da periferia. De acordo com Madaleno (2001), a agricultura urbana é cada vez mais considerada como parte integral da gestão urbana, sendo uma ferramenta para a diminuição da pobreza, por meio da geração de renda e empregos, e do manejo ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O êxodo rural se relaciona com a falta de incentivos financeiros por parte das organizações governamentais para o pequeno agricultor. O homem do campo por enfrentar inúmeras dificuldades acaba se deslocando para as grandes cidades, porém, nem sempre encontram melhores condições de sobrevivência. O êxodo rural além de promover o crescimento populacional desordenado das cidades, gera o desemprego e acaba com o sonho de muitos agricultores que saem em busca de melhores condições de vida. A criação de políticas públicas como hortas comunitárias, assentamentos rurais e agricultura urbana em benefício do trabalhador rural pode ser uma medida de fundamental relevância para a desaceleração do êxodo rural.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A.N. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2003.
- AUGUSTO, H. A.; RIBEIRO, E. M. O envelhecimento e as aposentadorias no ambiente rural: um enfoque bibliográfico. **Organ. rurais agroind.**, Lavras, v. 7, n. 2, p. 199-208, 2005.
- BARBOSA, M. P.; SANTOS M. J. **SIG e os desastres naturais: uma experiência na região de Sumé, Estado da Paraíba, Brasil**. LA RED/ITDG, 1998.
- BERGAMASCO, S. M., NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 88p. (Col. Primeiros Passos, 301)
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama nos últimos cinquenta anos**. Texto para Discussão Nº 621, Rio de Janeiro, janeiro de 1999.
- CASAGRANDE, A. E. SOUZA, E. B. C. O espaço e a demografia: o planejamento regional em perspectiva nas margens paranaenses do Lago de Itaipu. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, n. 1, p. 2-27, 2012.
- EVANGELISTA, F. R.; CARVALHO, J. M. M. **Algumas considerações sobre o êxodo rural no Nordeste**. Banco do Nordeste-BNB/ Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste-ETENE, 2001.
- FRANCISCO, W. C. **Êxodo rural**. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/geografia/exodo-rural.htm>. Acesso em: 04 Dez. 2014.
- GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária**, São Paulo, n. 8, p. 73-98, 2008.
- GONÇALVES, A. J. **O fenômeno migratório no mundo na conjuntura atual**. Seminário sobre Direitos Humanos e Migração. Canoas/RGS, Junho/2004.
- HERMES, C. L. W.; VALENTE, V. **Análise do crescimento populacional do município de Agudo, RS, no período de 1970 a 2000**. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 7, n. 1, p. 91-107, 2006.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo da população, 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 dez. 2014.

- LOPES, E. S. A. **A reforma agrária no brasil**: um velho problema, esperando uma solução que nunca chega? Texto apresentado na Mesa Redonda "O Sentida da Reforma Agrária no Século XXI", durante o XIII Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em João Pessoa-PB, 2002. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2724%3Aa-reforma-agraria-no-brasil-um-velho-problema-esperando-uma-solucao-que-nunca-chega&catid=58&Itemid=414. Acesso em: 04 Mai. 2015.
- MADALENO, I. M. Agricultura urbana em Presidente Prudente. **Revista Geonotas**, Maringá, v. 5, n. 3, 2001.
- MARQUES, M. I. M. **O conceito de espaço rural em questão**. São Paulo: Terra Livre, 2002.
- MATTAR, Maria Eduarda. **O árido problema da desertificação**. La Insígnia – Revista de Ecologia. Agosto de 2003.
- MEDEIROS FILHO, J.; SOUZA, I. **A seca do Nordeste: um falso problema**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Biomás brasileiros**. Brasília: MMA, 2003.
- MONTEIRO, J. P. R.; Monteiro, M. S. L. Hortas comunitárias de Teresina: agricultura urbana e perspectiva de desenvolvimento local. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 5, p. 47-60, 2006.
- PAN-BRASIL. **Programa de combate à desertificação e mitigação da seca**. Brasília: MMA, 2005.
- PEREIRA, K. P.; LOPES, J. L.. **Pobreza x degradação ambiental: existe correlação? Uma análise estatística para o paraná**. VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica. 2013. In: O Método Científico, 2013.
- REZENDE, D. F. O. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional**: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários. Tese de Doutorado. CEDEPLAR, 2005.
- SANTOS, M. J. D.; SILVA, B. B. D.; OLIVEIRA, E. M. D. Analogia entre desmatamento e êxodo rural no nordeste do Brasil. **Revista Eletrônica**, v.8, n. 1, 2009.
- SILVA, M. J. R.; GOMES, R. C. C. Migração, crescimento econômico e qualidade de vida em Natal/RN. SCRIPTA NOVA. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Socialis**. n. 94. Universidad de Barcelona. Agosto/2001.
- SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1976.
- SOBRINHO, Thomaz Pompeu. **História das secas (Século XX)**. Coleção Mossoroense. Mossoró, 1982.
- TODARO, M. **Introdução à economia**. São Paulo: editora Best Seller, 1999.
- VANDERLINDE, t. Capa: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no sul do brasil. **R. ra'ega**, Curitiba, n. 10, p. 49-60, 2005.
- WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida, reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

